

CONTADOR - DISTRIBUIDOR

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e três questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

“No Brasil, a diferença entre viver de arte e viver de ar é a sílaba ‘te’.”

Com esse pensamento, seu autor quer mostrar que:

- (A) trabalhar com arte no Brasil produz muita riqueza;
- (B) não há diferença entre as duas expressões;
- (C) a arte é uma atividade economicamente difícil;
- (D) o trabalho com arte só tem valor social;
- (E) a arte e a ciência se equivalem.

2

Todas as frases abaixo são iniciadas por um termo preposicionado; a forma adequada de reescrever uma dessas frases, eliminando a preposição e mantendo o sentido original, é:

- (A) Fora o cachorro, o livro é o melhor amigo do homem / O cachorro, excetuando o livro, é o melhor amigo do homem;
- (B) De todas as companhias para um escritor, nenhuma é mais valiosa do que um dicionário / A companhia mais valiosa para um dicionário, é um escritor;
- (C) Numa caverna, os escoteiros acharam refúgio durante a tempestade / A caverna escondeu os escoteiros durante a tempestade;
- (D) Em seu coração, há abundantes segredos / Seu coração abriga abundantes segredos;
- (E) Nesta região, há cinco municípios importantes / Esta região é formada por cinco municípios importantes.

3

“Você é um vagabundo, pois seus amigos são todos vagabundos!” Sobre os elementos componentes desse pequeno texto argumentativo, a opção que traz uma afirmação correta, é:

- (A) o argumento apresentado pelo locutor é de base racional e lógica, sem dar chance de refutação ao interlocutor;
- (B) o locutor e o interlocutor são identificados no texto;
- (C) a conclusão desse texto é que o interlocutor deve procurar melhorar a qualidade de suas companhias;
- (D) uma refutação eficiente a esse texto é “meus amigos não são vagabundos”;
- (E) o locutor se posiciona como pessoa de autoridade semelhante à do interlocutor.

4

Todas as frases abaixo são exemplos de textos argumentativos; a frase que NÃO é apoiada por argumentos, é:

- (A) O tempo está bom; vamos passear!
- (B) É bom passear no final do dia, quando o sol se põe!
- (C) Já que estamos de férias, vamos passear!
- (D) Eu gosto da sua companhia, vamos passear!
- (E) Vamos passear pelas ruas próximas!

5

Todas as frases abaixo contêm o vocábulo *porque*; a maneira de reescrever cada uma delas de modo a omitir esse vocábulo, mantendo-se o sentido original, é:

- (A) A festa demorou mais uma hora porque as crianças pediram / Por petição das crianças, a festa demorou mais uma hora;
- (B) Concordou com as medidas porque as circunstâncias pressionavam / Por pressão das circunstâncias, concordou com as medidas;
- (C) Nós o ajudamos porque o ouvimos gritar / Pelos gritos auditados, nós o ajudamos;
- (D) Fornecemos os passaportes porque foram requeridos / Por requisitos, nós fornecemos os passaportes;
- (E) Consegui chegar ao final porque muitas pessoas me animaram / Pelo ânimo de muitas pessoas, consegui chegar ao final.

6

“Ele alegava sua debilidade de saúde para deixar de ir ao trabalho.”

Constata-se na organização dessa frase argumentativa que:

- (A) o argumento apresentado para a ação de não ir ao trabalho é visto como de base racional e lógica;
- (B) o emprego do verbo “alegar” implica certo distanciamento do argumento apresentado;
- (C) o argumento apresentado, segundo o contexto, era de base legal;
- (D) o interlocutor da frase é identificado como um chefe no serviço público;
- (E) a frase carece de argumentos, pois só mostra a constatação de um fato.

7

Um palestrante bastante conceituado e competente, num congresso médico, declarou: “Depois que me formei em Medicina, eu, de fato, nunca mais trabalhei!”.

Com essa frase, o médico palestrante:

- (A) sugere seu prazer pessoal e contínuo de ser médico;
- (B) ironiza o trabalho árduo dos médicos;
- (C) alude ao fato de os médicos trabalharem pouco tempo;
- (D) se refere às múltiplas possibilidades profissionais dos médicos;
- (E) destaca seu sucesso profissional no exercício da profissão.

8

A frase abaixo em que o emprego do gerúndio mostra adequação, é:

- (A) Seu pai ficou doente na terça, morrendo no domingo;
- (B) Caiu um raio na mata, incendiando muitas árvores;
- (C) Dormiu um pouco, levantando-se depois;
- (D) Entrou na sala, deitando-se logo no sofá;
- (E) Subiu as escadas cantando sambas.

9

“Para Pascal, persuadir é entendido como uma ação relacionada à imaginação, ao sentimento, isto é, algo distante da razão, terreno do convencer.”

Nesse caso, a frase em que um desses verbos sublinhados foi empregado de forma INADEQUADA, é:

- (A) Ele poderia ser tratado em casa, mas ele foi convencido pelo médico a ser hospitalizado;
- (B) Magda permanece persuadida de que a velha casa é habitada por fantasmas;
- (C) Os melhores argumentos do mundo não chegaram a convencê-lo;
- (D) A poética publicidade daquela marca de leite convenceu-o a comprá-la;
- (E) Pelas pesquisas de opinião, o candidato está convencido de sua vitória nas eleições.

10

Observe a frase a seguir.

“Amo tudo que é velho: velhos amigos, velhos tempos, velhas maneiras, velhos livros, velhos vinhos.”

Sobre a utilização do adjetivo *velho* nesse pensamento, a afirmação correta, é:

- (A) *velhos tempos*, *velhas maneiras* e *velhos livros* mostram o valor positivo da tradição;
- (B) *velhos amigos* e *velhos vinhos* mostram o mesmo valor do adjetivo *velho*;
- (C) *velhos tempos* e *velhas maneiras* indicam uma significação negativa do adjetivo *velho*;
- (D) *velhos livros* e *velhos vinhos* atribuem ao adjetivo *velhos* uma qualidade positiva;
- (E) *velhos amigos* e *amigos velhos* significam exatamente a mesma coisa.

11

A frase abaixo em que a palavra *religião* é empregada em sentido figurado, é:

- (A) Fez da obediência ao coronel da fazenda a sua religião;
- (B) Todas as religiões parecem-me estar certas em suas afirmações e erradas em suas negações;
- (C) O líder de uma religião não deve só confortar os aflitos, deve também afligir os confortáveis;
- (D) Os que professam alguma religião são mais felizes;
- (E) As crianças não devem receber a religião; têm de pegá-la no meio ambiente, como se pega o sarampo.

12

Todas as frases abaixo mostram uma forma sublinhada, composta de não + verbo; substituindo essa forma por um só verbo, de sentido equivalente, a opção INADEQUADA é:

- (A) Para quem não sabe, uma babá é alguém que ganha bom dinheiro só para assistir TV e ler revistas / desconhece, ignora;
- (B) Todos esperavam ver a chuva de meteoros, mas eles não apareceram / desapareceram;
- (C) Os juízes do STF não concordaram a respeito do tema / discordaram;
- (D) A imprensa em geral não aplaudiu a sentença aplicada / reprovou;
- (E) Os proprietários decidiram não vender a fazenda / conservar.

13

Observe o seguinte diálogo de valor argumentativo:

“– O homenageado fez um discurso fantástico sobre as injustiças sociais.

– Ah, sim, o sujeito que já foi preso por tráfico!”

Nessa situação, a segunda frase se utiliza do seguinte processo argumentativo:

- (A) revelar dados novos para o debate;
- (B) desviar o assunto;
- (C) atacar a pessoa do homenageado;
- (D) dizer algo que nega a afirmação anterior;
- (E) indicar um exemplo de autoridade.

14

As frases abaixo, que contêm o segmento verbo + advérbio em -mente, tiveram esses segmentos substituídos de modo a trocar o verbo pelo substantivo correspondente, e o advérbio por um adjetivo da mesma família.

A frase em que essa substituição foi feita de forma adequada, é:

- (A) O Vasco acreditou que venceria facilmente / em fácil vencimento;
- (B) O problema precisa ser resolvido urgentemente / de urgente solução;
- (C) O teatro vai inaugurar-se brevemente / ter inauguração futura;
- (D) Dividiu equitativamente o dinheiro / divisão equilibrada do dinheiro;
- (E) A questão merece ser vista detidamente / uma visão detalhada.

15

A frase abaixo em que a substituição de uma oração reduzida por uma oração desenvolvida de mesmo significado foi feita de forma adequada, é:

- (A) É raro alguém ouvir aquilo que não quer ouvir / que alguém ouvisse aquilo;
- (B) Graças a Deus o sol já se pôs e não tenho mais de sair para aproveitá-lo / para o seu aproveitamento;
- (C) Nunca foi fácil discutirem-se os projetos / a discussão dos projetos;
- (D) Não é preciso muito para ser um produtor de coelhos / para que se seja um produtor de coelhos;
- (E) Saímos sempre às 7 horas, para aproveitarmos melhor o tempo / para que aproveitássemos.

16

Os verbos ACHAR / ENCONTRAR / DESCOBRIR / DEPARAR COM podem ser considerados sinônimos; a frase em que um desses verbos foi mal selecionado, é:

- (A) Se achares três mil-réis, leva-os à polícia; se achares três contos, leva-os a um banco;
- (B) Quando se encontrou com o assaltante, ficou preocupado com o dinheiro do patrão;
- (C) Depois de muito procurar, descobriu onde havia posto a gravata florida;
- (D) O cliente encontrou o gerente da loja no cruzamento da esquina;
- (E) A menina ficou satisfeita quando se deparou com o pai, tão cedo, em casa.

17

Um candidato a cargo político adotou o seguinte slogan na sua campanha: “Ou eu ou o caos!”

Esse slogan mostra um problema argumentativo, que é:

- (A) incluir uma mensagem negativa na palavra “caos”;
- (B) apelar para a pressão psicológica sobre os eleitores;
- (C) atacar grosseiramente seus adversários;
- (D) apresentar uma oposição inválida: eu X caos;
- (E) utilizar uma palavra abstrata, sem exemplos.

Texto 1

Um jornal europeu publicou a seguinte notícia:

Poluição do Reno

Tudo – e mesmo um pouco mais – já foi dito sobre a poluição das águas do rio Reno, causada pelo laboratório Sandoz.

Vi pela televisão as imagens terríveis de inumeráveis peixes intoxicados, mas também vi os rostos odientos dos justiceiros improvisados e me pus a questão: quantos, entre esses manifestantes, foram aliviados ou mesmo curados pelos medicamentos fabricados por esses velhos senhores que eles pretendiam linchar?” (Médico clínico-geral XXX, correio dos leitores)

18

Sobre esse texto argumentativo (texto 1), a afirmação correta é:

- (A) falando dos rostos odientos dos manifestantes, o autor do texto se utiliza de argumentos de intimidação dos leitores;
- (B) o autor da carta faz questão de ser imparcial, mostrando os dois lados do problema para os leitores;
- (C) o parecer do autor do texto é parcialmente prejudicado pelo fato de ser médico e de haver no texto certo corporativismo;
- (D) o fato de o autor ser médico traz ao texto uma autoridade incontestável sobre o tema tratado;
- (E) a descrição da cena que envolve os manifestantes contra o laboratório procura mostrá-los como cidadãos conscientes dos problemas causados pela poluição.

19

No texto 1 há uma série de segmentos que foram empregados com valor semântico negativo; a única exceção é:

- (A) imagens terríveis;
- (B) peixes intoxicados;
- (C) rostos odientos;
- (D) justiceiros improvisados;
- (E) velhos senhores.

Texto 2

Uma carta de um leitor dizia o seguinte:

“A Psiquiatria luta por atribuir ao alcoólatra o status de doente. A lei considera o alcoolismo como uma circunstância agravante, em caso de delito ou crime, ao passo que o reconhecimento de um status de doença deveria ter o papel de atenuante. O alcoólatra acusado se sente mais e mais excluído da sociedade. Se você toma drogas tranquilizantes, você é tão perigoso ao volante quanto um alcoólatra; ora, se ocorre um acidente, o fato de ser submetido a um tratamento médico terá um papel de atenuante. Se você é um alcoólatra, se dirá que você é semelhante a um criminoso armado. Que campanha publicitária foi feita para proibir a condução de veículos para os que tomam calmantes?”

20

A conclusão do texto 2 pode ser expressa do seguinte modo:

- (A) Por que há campanhas publicitárias contra os que dirigem após a ingestão de bebida alcoólica e não contra os que ingeriram calmantes;
- (B) O alcoolismo deveria ser considerado como uma doença e não como um vício;
- (C) O alcoolismo não deveria ser rejeitado pela sociedade, já que se trata de uma doença e não de um vício;
- (D) Os que tomam calmantes deveriam ser impedidos de dirigir porque também são vítimas de vício;
- (E) Os julgamentos deveriam tratar do mesmo modo os alcoólatras e os que tomam calmantes.

21

A frase “O alcoólatra acusado se sente mais e mais excluído da sociedade” (texto 2) mostra o vocábulo “mais” como advérbio; a frase em que esse mesmo vocábulo mostra uma classe gramatical diferente, é:

- (A) Nada é mais revolucionário do que dinheiro sobrando;
- (B) Dinheiro é igual a táxi: quando você mais precisa, ele não aparece;
- (C) Pode-se ser mais esperto do que outra pessoa, mas não do que todas as outras;
- (D) Graças a Deus o sol já se pôs e não tenho mais de sair para aproveitá-lo;
- (E) Família divide o bife, põe mais água no feijão e não demite os filhos.

Texto 3

Observe o seguinte texto argumentativo, produzido por um leitor de um jornal francês a respeito da visita do Papa ao país: “Eu me indigno que se possa lançar a ideia de que só os católicos paguem taxas pela visita do Papa. Já se viu que as famílias sem filhos se recusam a pagar impostos pela educação nacional, ou as pessoas que não possuem carros deixar de pagar pela manutenção das estradas nacionais?”

22

Aquela reação (texto 3), entre as dadas abaixo, que mostra coerência lógica com o tema, é:

- (A) Todo mundo deve pagar; de fato, a religião católica, na medida em que ela faz parte de nossa cultura, interessa a todos;
- (B) Não é preciso pagar: o governo que custeie visitas de líderes religiosos;
- (C) A Igreja faria melhor se não programasse essas viagens do Papa, contando com a ajuda de outros;
- (D) Deve-se pagar, afinal de contas, o Papa vem aqui raramente;
- (E) Que os católicos paguem: se eles acham caro, que encontrem uma religião mais barata.

23

No texto 3, o argumento utilizado na defesa da tese, é:

- (A) o peso da autoridade papal;
- (B) o grande número de católicos;
- (C) o valor da religião na sociedade;
- (D) a analogia com outras situações;
- (E) a racionalidade do ato de pagar a taxa.

24

Entre as frases abaixo, aquela que possui um erro gramatical, é:

- (A) Respeitemos os lugares-comuns; lembremo-nos sempre que eles já foram ideias originais;
- (B) A carreira artística é difícil porque tem muitos obstáculos;
- (C) Cheguei à conclusão, talvez um pouquinho tarde, de que os discursos devem ser curtos;
- (D) Definir é cercar com um muro de palavras um terreno baldio de ideias;
- (E) Quando a desculpa é gaguejada, é porque a explicação está errada.

Legislação Específica

25

Mário, servidor público civil do Estado do Tocantins, foi aposentado por invalidez. Cinco meses depois, junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria do citado servidor.

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, no caso em tela, o retorno à atividade do servidor Mário ocorrerá por meio da:

- (A) reintegração;
- (B) readaptação;
- (C) reversão;
- (D) recondução;
- (E) remoção.

26

João é servidor público civil estável do Estado do Tocantins. Sua esposa Maria, que também é servidora pública, foi deslocada para outro ponto distante do território nacional. Assim, João deu entrada em pedido de licença por motivo de afastamento do cônjuge, para acompanhar Maria.

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, no caso em tela, o pleito de João é:

- (A) inviável, e não poderá se afastar, por ausência de previsão legal;
- (B) inviável, mas poderá se afastar, a título de licença para trato de assuntos particulares, por até seis meses, com vencimentos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (C) viável, mas a licença, por prazo de até dois anos, é com vencimentos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (D) viável, mas a licença, por prazo indeterminado, é sem remuneração;
- (E) viável, mas a licença, por prazo de até um ano, é sem remuneração.

27

José é servidor público civil estável do Estado do Tocantins e praticou insubordinação grave em serviço.

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, após regular processo administrativo disciplinar, restando configurada a falta funcional, José está sujeito à pena de:

- (A) demissão;
- (B) suspensão até trinta dias;
- (C) suspensão até noventa dias;
- (D) censura;
- (E) advertência.

28

João, prefeito de um Município do interior do Estado do Tocantins, foi denunciado pelo Ministério Público estadual pela prática de crime comum contra a administração pública, que teria sido cometido naquele mês, no exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas pelo chefe do Executivo municipal.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o órgão jurisdicional competente para processar e julgar, originariamente, João é:

- (A) uma das Varas Criminais do local dos fatos;
- (B) o Tribunal Pleno;
- (C) uma das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça;
- (D) o Conselho da Magistratura;
- (E) a Presidência do Tribunal de Justiça.

29

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao corregedor-geral da Justiça:

- (A) abonar as faltas, até três dias em cada mês, dos magistrados e do diretor-geral do Tribunal;
- (B) nomear, exonerar, demitir, aposentar, movimentar, colocar em disponibilidade e à disposição de outro Poder servidores do Poder Judiciário;
- (C) requisitar passagens, leito e transporte para magistrados e servidores do Poder Judiciário, quando tiverem de se afastar em missão oficial ou a serviço deste;
- (D) inspecionar os estabelecimentos penitenciários e educacionais, para inteirar-se de seu estado, reclamando, a quem de direito, as providências necessárias;
- (E) submeter a proposta orçamentária do Poder Judiciário ao Tribunal Pleno, bem como encaminhar diretamente os pedidos de abertura de créditos adicionais e requisitar as dotações orçamentárias especificadas.

30

Pedro, servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, lotado na Comarca Alfa, foi acusado, em um programa local de rádio, de aceitar presentes nas cerimônias protocolares de que participava, oferecidos por outras estruturas estatais de poder. Inácia, ouvinte regular do programa, consultou o seu advogado sobre a licitude, ou não, da conduta de Pedro, bem como a respeito do órgão competente para receber eventual representação que fosse apresentada em face de Pedro.

O advogado respondeu corretamente que, à luz do Código de Ética Profissional dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a conduta de Pedro é:

- (A) ilícita, salvo se os presentes recebidos forem encaminhados ao juiz de Direito ao qual está vinculado, sendo a Comissão de Ética o órgão competente para receber a representação;
- (B) ilícita, salvo se os presentes recebidos forem encaminhados à Presidência do Tribunal de Justiça, sendo este o órgão competente para receber a representação;
- (C) lícita, desde que o presente tenha valor inferior a dois salários mínimos, sendo a representação encaminhada, se fosse o caso, para a Comissão de Ética;
- (D) ilícita, sendo a representação encaminhada para o juiz de Direito ao qual está vinculado;
- (E) lícita, sendo a representação encaminhada, se fosse o caso, para a Comissão de Ética.

Noções de Direito

31

Maria e João foram presos em operação organizada pela Polícia Militar do Estado Alfa, destinada ao combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. A seu ver, aspectos circunstanciais, não incorporados ao auto de prisão em flagrante, no qual somente foram ouvidos dois dos policiais envolvidos, seriam suficientes para descaracterizar a tipificação de tráfico. Por tal razão, o seu advogado solicitou à Polícia Militar a identificação dos demais policiais responsáveis pela prisão, já que todos estavam encapuzados e sem identificação naquele momento. O requerimento foi negado sob o argumento de que a medida era necessária para resguardar a segurança pessoal dos policiais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a negativa da Polícia Militar foi:

- (A) certa, pois os policiais militares devem ter o seu direito à intimidade preservado;
- (B) certa, pois o direito à ampla defesa não permite que os protocolos de segurança da Polícia Militar sejam desconsiderados;
- (C) errada, pois a proteção da esfera jurídica dos policiais militares tem mais peso, no caso concreto, que os interesses dos acusados de tráfico;
- (D) errada, pois João e Maria têm o direito à identificação daqueles que participaram da operação e, conseqüentemente, de sua prisão;
- (E) errada, pois é constitucionalmente vedado que o Estado, por ser democrático e de direito, oponha a exceção de sigilo a quaisquer informações solicitadas por particulares.

32

Roberta e Pedro, que ocupam cargos de provimento efetivo na Administração Pública direta do Município Alfa, foram eleitos, respectivamente, para os cargos de vereadora e de prefeito do referido Município.

Preocupados com a sua situação funcional, consultaram um advogado, o qual lhes informou, corretamente, que:

- (A) Pedro, se houver compatibilidade de horários, pode continuar no cargo de origem, recebendo a respectiva remuneração, e Roberta deve ser afastada do cargo de provimento efetivo, recebendo apenas a remuneração do cargo de vereadora;
- (B) Roberta, se houver compatibilidade de horários, pode continuar no cargo de origem, recebendo a respectiva remuneração, e Pedro deve ser afastado do cargo de provimento efetivo, embora possa optar pela remuneração;
- (C) Roberta e Pedro podem continuar a desempenhar as funções afetas aos cargos que ocupam, desde que a soma dos estípedios recebidos não supere o teto remuneratório constitucional;
- (D) Roberta e Pedro devem ser afastados dos cargos de provimento efetivo, somente recebendo a contraprestação pecuniária devida pelo exercício do mandato eletivo;
- (E) Roberta e Pedro devem ser afastados dos cargos de provimento efetivo, embora possam optar pela respectiva remuneração.

33

No corrente ano, um grupo de deputados estaduais, sensível ao apelo de diversos segmentos do funcionalismo público, decidiu apresentar projeto de lei complementar visando à instituição de regime próprio de previdência social para os servidores do Estado Alfa. Após amplos debates e plena aceitação dos distintos setores envolvidos, o projeto foi aprovado, com a correlata sanção da Lei Complementar nº XX. O novel diploma normativo foi particularmente elogiado por prever, em relação aos servidores com deficiência, que, para cada ano de contribuição, seria acrescido o período de dois meses na respectiva contagem, o que decorria das maiores dificuldades enfrentadas por essa camada da população.

Apesar dos pontos favoráveis, o Partido Político Beta, que fazia oposição ao governo, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade da referida Lei Complementar com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que ela é:

- (A) inconstitucional, apenas em razão do vício de iniciativa;
- (B) inconstitucional, apenas em razão do vício de iniciativa e de ter por objeto a instituição de um regime próprio de previdência social;
- (C) constitucional, desde que sejam integralmente respeitadas as normas gerais editadas pela União, com base na competência legislativa concorrente assegurada pela ordem constitucional;
- (D) inconstitucional, em razão do vício de iniciativa, de ter por objeto a instituição de um regime próprio de previdência social e de permitir a contagem de tempo suplementar de contribuição, sem que esta tenha sido realizada;
- (E) constitucional, pois a matéria é estadual, podendo integrar proposta de iniciativa de deputados estaduais, cumprindo o mandamento constitucional de que sejam instituídos regimes próprios e protegendo o servidor com deficiência.

34

A Lei nº XX, do Estado Alfa, dispôs sobre a forma de outorga, pela Secretaria de Estado de Transporte, da exploração dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, prestados a partir do seu território, nas modalidades de concessão e de permissão. Para tanto, detalhou os requisitos a serem observados, a forma de cálculo das tarifas e os deveres daqueles que explorassem o serviço.

Insatisfeito com o teor da Lei nº XX, o sindicato das empresas do setor solicitou que seu advogado analisasse a compatibilidade desse diploma normativo com a ordem constitucional.

O advogado concluiu, corretamente, que a Lei nº XX é:

- (A) constitucional, pois compete a cada Estado legislar sobre a matéria;
- (B) inconstitucional, pois os Estados estão obrigados a disciplinar a temática em conjunto, com a celebração de convênio ou instrumento similar;
- (C) inconstitucional, pois se trata de serviço de titularidade da União, o que impede que os Estados incursionem na disciplina de sua outorga;
- (D) inconstitucional, pois os requisitos a serem observados na prestação do serviço devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo Município no qual tem origem;
- (E) constitucional, desde que sejam observados os balizamentos estabelecidos pelas normas gerais editadas pela União no exercício da competência legislativa concorrente.

35

João se encontra no segundo mandato consecutivo de governador do Estado Alfa e está muito preocupado com a possibilidade de diversos parentes não poderem concorrer a cargos eletivos em razão do cargo por ele ocupado. Entre os seus parentes, (1) o irmão Pedro quer concorrer ao cargo de prefeito do Município Delta, situado no território do Estado Alfa; (2) a esposa Maria quer ser reeleita para o cargo de deputada estadual no Estado Alfa; e (3) a filha Joana quer concorrer ao cargo de governadora, sucedendo ao pai na chefia do Poder Executivo do Estado Alfa.

À luz da sistemática constitucional:

- (A) estão inelegíveis para os cargos a que pretendem concorrer apenas os parentes referidos em 1 e 2;
- (B) estão inelegíveis para os cargos a que pretendem concorrer apenas os parentes referidos em 1 e 3;
- (C) estão inelegíveis para os cargos a que pretendem concorrer apenas os parentes referidos em 2 e 3;
- (D) estão inelegíveis para os cargos a que pretendem concorrer os parentes referidos em 1, 2 e 3;
- (E) o cargo ocupado por João não pode gerar consequências desfavoráveis para os seus parentes.

36

Em razão de expressa determinação legal e regulamentar, os cidadãos que ingressam nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado Delta precisam se submeter a um sistema de detector de metais, por medida de segurança.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina de direito administrativo, o poder administrativo que estipula restrições e limitações ao exercício de liberdades individuais com base na supremacia do interesse público é chamado de poder:

- (A) de segurança pública;
- (B) de polícia;
- (C) normativo;
- (D) disciplinar;
- (E) hierárquico.

37

Em junho de 2022, Carla, servidora pública ocupante do cargo efetivo de contador/distribuidor do Tribunal de Justiça do Estado Ômega, no exercício de suas funções, de forma dolosa, recebeu vantagem econômica consistente no valor de trinta mil reais em dinheiro, para fazer declaração falsa sobre dados técnicos que envolvem obra pública e serviço de engenharia de reforma do prédio do fórum central, referente a contrato administrativo em curso.

De acordo com a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, Carla:

- (A) praticou ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito, entre cujas sanções está a perda dos valores acrescidos ilicitamente a seu patrimônio;
- (B) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública, entre cujas sanções está a cassação dos direitos políticos;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, entre cujas sanções está o pagamento de multa civil no valor do dobro de sua remuneração;
- (D) não praticou ato de improbidade administrativa, por falta de expressa previsão legal, mas deve ser responsabilizada nas esferas administrativa e criminal;
- (E) não praticou ato de improbidade administrativa, salvo se tiver efetivamente feito a declaração falsa e, em razão disso, advindo efetivo dano ao Tribunal de Justiça.

38

João, servidor público ocupante do cargo efetivo de contador/distribuidor do Tribunal de Justiça do Estado Ômega, no exercício de suas funções, destruiu os autos físicos de um processo judicial em que seu desafeto Antônio figurava como parte autora, com o objetivo de prejudicá-lo.

Em razão do ato ilícito praticado por João, o jurisdicionado Antônio sofreu danos materiais e morais.

Inconformado, Antônio contratou advogado e ajuizou ação indenizatória em face:

- (A) de João, na qualidade de responsável direto pelo ato ilícito, e é desnecessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa;
- (B) do Tribunal de Justiça do Estado Ômega, e é necessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa;
- (C) do Tribunal de Justiça do Estado Ômega, e é desnecessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa;
- (D) do Estado Ômega, e é necessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa;
- (E) do Estado Ômega, e é desnecessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa.

39

Em matéria de controle da administração pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo, será exercida pelo(a):

- (A) Poder Executivo, com o auxílio do Ministério Público Estadual;
- (B) Poder Legislativo, com o auxílio da Defensoria Pública Estadual;
- (C) Poder Executivo, com o auxílio da Controladoria-Geral do Estado;
- (D) Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual;
- (E) governador do Estado, com o auxílio da Auditoria-Geral do Estado.

40

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa pretende contratar serviços de manutenção de veículos automotores de sua frota oficial, sob o regime jurídico da nova Lei de Licitações e Contratos. Para tanto, foi instaurado processo administrativo que, após os devidos estudos, concluiu que o valor estimado da contratação é de cinquenta mil reais.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação:

- (A) pode ser feita mediante dispensa de licitação;
- (B) pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação;
- (C) deve ser feita necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade convite;
- (D) deve ser feita necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade concorrência;
- (E) deve ser feita necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Uma empresa comercial registra e avalia seus estoques de mercadorias pelo inventário permanente. Ao final de um determinado mês, havia 10 unidades de mercadorias ao custo unitário de R\$ 8,00. No dia 02 do mês seguinte, a empresa adquiriu 5 unidades de mercadorias ao custo unitário de R\$ 10,00. No dia 05, vendeu 12 unidades pelo valor de R\$ 15,00 cada uma.

Com base nessas informações, o custo das mercadorias vendidas de acordo com o método PEPS é:

- (A) R\$ 100,00;
- (B) R\$ 104,00;
- (C) R\$ 106,00;
- (D) R\$ 150,00;
- (E) R\$ 180,00.

42

Em muitas situações o valor dos recursos controlados por uma entidade pode sofrer variações decorrentes de fatores internos ou externos.

Em caso de necessidade de avaliação de um item do ativo imobilizado, a identificação do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso consiste no:

- (A) valor justo;
- (B) valor residual;
- (C) valor depreciável;
- (D) valor recuperável;
- (E) valor específico para a entidade.

43

Considere os saldos de natureza patrimonial no quadro a seguir, apresentados por uma entidade ao final de um dado exercício financeiro.

Adiantamento de clientes	R\$ 5.000,00
Capital a integralizar	R\$ 10.000,00
Capital social	R\$ 30.000,00
Clientes	R\$ 10.000,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 20.000,00
Fornecedores	R\$ 10.000,00
Mercadorias	R\$ 5.000,00
Reserva de lucros	R\$ 5.000,00
Seguros a vencer	R\$ 2.000,00
Tributos a recuperar	R\$ 3.000,00

A partir de tais informações, o valor do capital próprio da referida entidade ao final do exercício é de:

- (A) R\$ 15.000,00;
- (B) R\$ 25.000,00;
- (C) R\$ 30.000,00;
- (D) R\$ 35.000,00;
- (E) R\$ 40.000,00.

44

De acordo com o Pronunciamento CPC 04, ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Itens classificados como ativo intangível podem ter ou não vida útil definida.

No controle dos ativos intangíveis com vida útil definida é necessário considerar a definição do valor amortizável, que consiste no(a):

- (A) alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil;
- (B) custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual;
- (C) montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outra contraprestação dada para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção;
- (D) valor que uma entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil;
- (E) valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial após a dedução da amortização acumulada e da perda por desvalorização.

45

As empresas proporcionam formas de compensação em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho, tratadas nas normas contábeis como benefícios a empregados. Esses benefícios podem ser de curto ou longo prazo ou ainda pós-emprego.

De acordo com o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, um exemplo de benefício de longo prazo aos empregados refere-se a:

- (A) assistência médica, moradia ou serviços subsidiados;
- (B) licença anual remunerada e licença médica remunerada;
- (C) licença sabática ou benefícios por tempo de serviço;
- (D) participação nos lucros e bônus;
- (E) salários e contribuições para a previdência social.

46

Na estrutura de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade.

Na apuração do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, devem ser considerados(as):

- (A) adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto se feitos por instituição financeira);
- (B) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- (C) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, hipotecas de curto e longo prazos;
- (D) recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura;
- (E) recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais de outras entidades e participações societárias em joint ventures.

47

O governo de uma determinada jurisdição realizou mudanças na legislação relativas à tributação do ICMS. Como resultado dessas mudanças, uma entidade do setor comercial precisará oferecer treinamento para atualização de grande número de seus empregados da área administrativa e de vendas para garantir a conformidade contínua com a legislação tributária. Até a data de encerramento do exercício, nenhum treinamento havia sido realizado.

Nesse caso, de acordo com o Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a entidade:

- (A) deverá divulgar o fato em notas explicativas e registrar uma contingência;
- (B) deverá reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos do treinamento;
- (C) deverá reconhecer uma provisão pelo custo de cumprimento de contrato de treinamento;
- (D) deverá registrar uma reserva pelo valor justo do treinamento;
- (E) não deverá reconhecer nenhuma provisão.

48

Um dos objetivos da convergência da contabilidade aplicada ao setor público às práticas internacionais é aperfeiçoar a utilidade da informação para os diversos usuários.

Um dos atributos da informação contábil útil é a representação fidedigna, que tem como característica:

- (A) adotar a primazia da essência sobre a forma;
- (B) retratar efetivamente o fenômeno sem neutralidade;
- (C) servir de suporte à análise qualitativa das informações;
- (D) ter capacidade de influenciar a tomada de decisões;
- (E) ter valor confirmatório e valor preditivo.

49

As demonstrações contábeis do governo e das entidades do setor público têm objetivos específicos e estruturas padronizadas, porém, a definição da responsabilidade pela sua elaboração e apresentação cabe ao(à):

- (A) Decreto-Lei nº 9.295/1946, que trata das prerrogativas dos profissionais contábeis;
- (B) Legislação específica, como a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000;
- (C) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- (D) NBC TSP 11, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- (E) Secretaria do Tesouro Nacional, que é o órgão central de contabilidade do país.

50

Ao dispor critérios gerais para apresentação das demonstrações contábeis, dois pontos abordados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tratam de agregação e compensação de valores.

Acerca desses pontos, analise os itens a seguir.

- I. Um item pode ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas, mesmo não sendo nas demonstrações contábeis.
- II. A mensuração de ativos líquidos de ajustes relacionados não é considerada como uma compensação.
- III. Ganhos e perdas provenientes de grupo de transações semelhantes devem ser apresentados em base líquida, mesmo quando materiais.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

51

A NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis aborda, entre outros pontos, itens mínimos que devem ser incluídos nas demonstrações contábeis, caso apresentem valores. Nesse contexto, um analista estava verificando os saldos apresentados no balanço patrimonial de um ente público com as respectivas notas explicativas.

Um item que pode ter chamado a atenção do analista por constar nas notas explicativas, mas não representar um item mínimo a ser incluído no balanço patrimonial, é:

- (A) ativos e passivos financeiros;
- (B) contas a pagar de transação sem contraprestação;
- (C) investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
- (D) propriedade para investimento;
- (E) tributos e transferências a pagar.

Quadro I

Considere as informações abaixo, extraídas do Balanço Orçamentário de um ente público ao final de um exercício financeiro, com dados expressos em milhares de reais.

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Correntes	6.640,00	6.910,00	6.830,00
De Capital	302,00	302,00	148,00
Subtotal	6.942,00	7.212,00	6.978,00

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Correntes	5.870,00	6.980,00	6.440,00	6.060,00	5.840,00
De Capital	1.072,00	1.080,00	780,00	714,00	680,00
Subtotal	6.942,00	8.060,00	7.220,00	6.774,00	6.520,00

52

A análise das informações apresentadas no quadro I permite afirmar que:

- (A) a execução orçamentária do período promoveu capitalização de recursos;
- (B) as alterações no orçamento de capital foram mais significativas;
- (C) houve economia orçamentária somente no orçamento corrente;
- (D) houve frustração na arrecadação somente nas receitas de capital;
- (E) o resultado do orçamento corrente do período foi deficitário.

53

Ao longo do processo de execução orçamentária, receitas e despesas inicialmente consideradas no orçamento podem não cumprir todas as etapas de execução até o encerramento do exercício.

Considerando a perspectiva da execução da despesa e as informações apresentadas no quadro I, os restos a pagar relativos a despesas que cumpriram apenas a primeira etapa da execução, em milhares de reais, representam:

- (A) R\$ 204,00;
- (B) R\$ 254,00;
- (C) R\$ 446,00;
- (D) R\$ 458,00;
- (E) R\$ 700,00.

54

Considere as informações a seguir, decorrentes dos registros contábeis e orçamentários de um ente público, relativos a um dado exercício e com valores expressos em milhares de reais.

Item	Valor
Concessão de empréstimos	R\$ 90,00
Amortização de empréstimos concedidos	R\$ 95,00
Amortização da dívida	R\$ 125,00
Receita de serviços	R\$ 125,00
Alienação de bens	R\$ 140,00
Receita patrimonial	R\$ 150,00
Transferências concedidas	R\$ 185,00
Aquisição de ativo não circulante	R\$ 230,00
Remuneração das disponibilidades	R\$ 250,00
Operações de crédito	R\$ 550,00
Receita de contribuições	R\$ 650,00
Juros e encargos da dívida	R\$ 655,00
Transferências recebidas	R\$ 815,00
Receita tributária	R\$ 900,00
Pessoal e demais despesas	R\$ 1.150,00

Adicionalmente, o saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 715,00.

Considerando que são as únicas informações para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), é correto afirmar que:

- (A) as atividades de investimento apresentaram apenas desembolsos;
- (B) as atividades de investimento e financiamento afetaram negativamente a geração líquida de caixa;
- (C) as atividades operacionais consumiram mais caixa do que geraram;
- (D) o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento apresentaram valores líquidos equivalentes;
- (E) o saldo final de caixa apurado na DFC foi de R\$ 1.955,00.

55

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é de elaboração e publicação obrigatórias desde a Lei nº 4.320/1964, mas no contexto do processo de convergência e das disposições da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem atualizado a sua estrutura.

A partir desse contexto normativo, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP):

- (A) desconsidera transações de natureza intraorçamentária;
- (B) deve detalhar as variações patrimoniais aumentativas, conforme a categoria econômica;
- (C) deve detalhar as variações patrimoniais diminutivas, conforme o método da natureza;
- (D) deve ser elaborada a partir de modelo analítico por entidades com autonomia orçamentária e financeira;
- (E) reflete preferencialmente os impactos patrimoniais independentes da execução orçamentária.

56

De acordo com as disposições do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCAS), o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas, e os lançamentos devem debitar e creditar contas da mesma natureza de informação. Nesse contexto, um servidor detectou uma inconsistência de lançamento ao analisar os registros contábeis de um dado período em um ente federativo.

A inconsistência detectada pelo servidor pode ser exemplificada por:

- (A) D 2.x.x.x.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
C 1.x.x.x.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
- (B) D 3.x.x.x.x.xx.xx Benefícios de Prestação Continuada
C 1.x.x.x.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
- (C) D 5.x.x.x.x.xx.xx Dotação Inicial
C 6.x.x.x.x.xx.xx Crédito Disponível
- (D) D 1.x.x.x.x.xx.xx Bens Imóveis
C 4.x.x.x.x.xx.xx Transferências Recebidas
- (E) D 1.x.x.x.x.xx.xx Créditos Tributários a receber
C 6.x.x.x.x.xx.xx Receita a realizar

57

Entre as finalidades do Sistema de Contabilidade Federal, cita-se o registro e a evidenciação de atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União.

Uma das informações a serem evidenciadas, resultante da ocorrência de um fato gerador no respectivo período de competência, mas ainda não expressamente contemplada na estrutura das demonstrações contábeis, é:

- (A) alterações nas dotações orçamentárias;
- (B) despesa autorizada;
- (C) despesa liquidada;
- (D) receita lançada;
- (E) variações patrimoniais aumentativas.

58

Um analista contábil que deseje avaliar a trajetória de liquidez de uma entidade nos últimos cinco anos deve considerar que, para a apuração do índice de liquidez seca:

- (A) apenas o disponível deve ser considerado no numerador;
- (B) as obrigações tributárias devem ser excluídas do passivo circulante;
- (C) o valor dos estoques deve ser excluído do ativo circulante;
- (D) o saldo de contas a receber deve ser excluído do ativo circulante;
- (E) parcelas de financiamentos vencíveis no curto prazo não devem ser consideradas.

59

Um servidor preparou um relatório com a análise do montante de operações de crédito (e transações equiparadas) em aberto em um ente federativo ao final de um período.

Ao analisar o relatório e checar os conceitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a chefia imediata verificou que o servidor cometeu um equivoco ao incluir no montante:

- (A) valores relativos à assunção de dívidas;
- (B) parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras;
- (C) recebimento antecipado de valores provenientes da prestação a termo de serviços;
- (D) recursos captados a título de antecipação de receita de tributos;
- (E) valores relativos a operações de arrendamento mercantil.

60

Os chamados relatórios fiscais foram concebidos para prover informações relativas a diversos aspectos do acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal, por parte dos gestores, órgãos de controle e sociedade. Uma das informações contidas nos relatórios se refere aos limites relativos à aplicação de recursos.

Na análise do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), um dos limites que pode ser verificado refere-se a:

- (A) aplicação em ações e serviços públicos de saúde;
- (B) aplicação de receitas de operações de crédito em despesas de capital;
- (C) apuração dos resultados primário e nominal;
- (D) contratação de operação de crédito em cada exercício financeiro;
- (E) despesas decorrentes de contratos de parcerias público-privadas.

61

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência.

De acordo com as disposições do MCASP, despesas dessa natureza:

- (A) devem ser registradas mensalmente como provisões;
- (B) afetam contas das classes 3 e 2 do PCASP no registro da obrigação patrimonial;
- (C) devem ter registro de natureza patrimonial apenas no mês de efetivo pagamento;
- (D) devem ter registro patrimonial concomitante ao empenho da dotação orçamentária;
- (E) são passíveis de apropriação mensal, em caráter facultativo, conforme política contábil definida pelo ente.

62

A depreciação se refere ao declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração.

Diante da necessidade de proceder ao reconhecimento da depreciação de um ativo, conforme as orientações do MCASP, um analista contábil deve considerar que:

- (A) a depreciação deve cessar quando o ativo se torna ocioso ou é retirado temporariamente de uso;
- (B) a manutenção adequada de um ativo não interfere na aplicação da depreciação;
- (C) o declínio do valor de mercado de um ativo é um fator a ser considerado na revisão da sua vida útil;
- (D) o desgaste pelo uso é o fator mais relevante para o reconhecimento da depreciação de um ativo;
- (E) os componentes significativos de um ativo imobilizado não devem ser depreciados separadamente.

63

Os serviços públicos devem ser identificados, medidos e relatados em sistema projetado para gerenciamento de custos dos serviços públicos. Apesar de as informações de custos terem um longo e relevante histórico de utilização em empresas privadas, no setor público ainda está em estágio inicial.

Dadas as peculiaridades das entidades públicas, as informações de custos do setor público possuem alguns atributos definidos pela NBC T 16.11, dentre os quais constitui um equivoco considerar:

- (A) especificidade;
- (B) granularidade;
- (C) oportunidade;
- (D) valor social;
- (E) verificabilidade.

64

Uma analista contábil estava atuando na implantação de um sistema de informação de custos para melhor controle dos serviços prestados por um ente público. Nesse sistema, a entidade adota o método de custeio por absorção.

Por esse método, um exemplo de custo que a entidade pode alocar aos centros de custos, sem usar critérios de rateio, é:

- (A) aluguel de imóvel;
- (B) consumo de embalagens;
- (C) consumo de energia elétrica;
- (D) depreciação de máquinas;
- (E) gastos com seguro de equipamentos.

65

Os princípios orçamentários remontam aos primórdios da prática de se fazer planejamento de receitas e despesas no âmbito governamental. Porém, com o tempo, outros princípios foram sendo incorporados, em decorrência de novas perspectivas adotadas pela administração pública. Uma dessas novas perspectivas é a responsabilidade na gestão fiscal, tratada na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse contexto, um princípio que pode ser associado ao processo orçamentário e a uma gestão fiscal responsável é o do(a):

- (A) exclusividade;
- (B) transparência;
- (C) periodicidade;
- (D) orçamento bruto;
- (E) não afetação das receitas.

66

O Plano Plurianual é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelos governos (União, Estados e Municípios) ao longo de um período de quatro anos, conforme disposições constitucionais.

Na apresentação do projeto de Lei do Plano Plurianual, um critério que deve ser considerado é:

- (A) afetação das metas fiscais;
- (B) natureza dos programas temáticos;
- (C) priorização de objetivos;
- (D) regionalização dos objetivos e metas;
- (E) vinculação entre objetivos e fonte de recursos.

67

O princípio da universalidade preconiza que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado, o que inclui todos os poderes e órgãos cujos gastos são custeados com recursos orçamentários. No Brasil, além do orçamento propriamente dito, os entes públicos elaboram o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias.

No que diz respeito aos órgãos do Poder Judiciário, como um tribunal de justiça, uma informação a ser apresentada na Lei de Diretrizes Orçamentárias se refere à definição de:

- (A) condições para realização de investimentos com duração superior a um exercício financeiro;
- (B) limites para elaboração de suas propostas orçamentárias;
- (C) margem de expansão dos gastos previdenciários do órgão;
- (D) parâmetros para ajustes nas dotações orçamentárias;
- (E) prioridades para destinação de recursos próprios.

68

Ao analisar as prestações de contas de um ente público, um agente de controle priorizou uma avaliação mais detalhada dos créditos adicionais extraordinários abertos ao longo do último exercício.

Um fator que deve ser objeto de análise do agente para verificar a conformidade da abertura de tais créditos é o(a):

- (A) cumprimento do limite autorizado na LOA;
- (B) destinação ao custeio de despesas correntes;
- (C) existência da situação imprevisível de urgência;
- (D) indicação de fonte de recursos para cobertura;
- (E) necessidade de autorização do Poder Legislativo.

69

O processo orçamentário brasileiro tem suas bases definidas na Constituição da República de 1988, que define as competências dos poderes nessa área. Nos últimos anos, o Poder Legislativo ampliou significativamente sua influência nesse processo com alterações constitucionais que adicionaram cláusulas impositivas quanto à aprovação e execução de emendas parlamentares ao orçamento.

Mais recentemente foram adicionadas regras relacionadas à inclusão das emendas de relator no Orçamento (emendas RP9). As emendas de relator podem indicar execução de programações de despesa oriundas de parlamentares, de agentes públicos ou da sociedade civil.

Considerando como base uma Receita Corrente Líquida de R\$ 980 bilhões, as emendas de relator no Orçamento têm um teto, em bilhões de reais, de:

- (A) R\$ 9,80;
- (B) R\$ 11,76;
- (C) R\$ 21,56;
- (D) R\$ 43,12;
- (E) R\$ 49,00.

70

Embora a maior parte das receitas públicas seja originada de transações sem contraprestação, há recursos que ingressam nos cofres públicos em decorrência de uma contraprestação e requerem o devido registro e controle.

As receitas que têm como fato gerador a utilização efetiva ou potencial de determinados serviços públicos são arrecadadas sob a forma de:

- (A) contribuições;
- (B) receitas de concessões;
- (C) receitas de permissões;
- (D) receitas de serviços;
- (E) taxas pela prestação de serviços.

71

Durante a atividade de checagem de registro de despesas relativas à folha de pagamento, um analista contábil estava conferindo os itens classificados no elemento de despesa "11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil", que congrega uma série de gastos destinados ao pagamento de salários e benefícios de caráter permanente.

O analista detectou um item inconsistente, que NÃO se enquadra no escopo desse elemento, que é:

- (A) auxílio-doença;
- (B) férias vencidas e proporcionais;
- (C) gratificações;
- (D) salário-família;
- (E) salário de cargos de confiança.

72

No mês de julho de 20X2, um determinado ente público publicou um ato que promovia limitação de empenho e movimentação financeira, uma vez que foi verificado ao final do mês de junho que a realização da receita não comportaria o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais do ente.

Alguns dias depois, o ente foi notificado pelo tribunal de contas por ter incluído uma despesa que NÃO pode ser objeto desse tipo de limitação. Tal despesa se refere a:

- (A) auxílios e subvenções;
- (B) investimentos em andamento;
- (C) manutenção de unidades de saúde;
- (D) pagamento do serviço da dívida;
- (E) transferências decorrentes de convênios.

73

No mês de novembro de um dado exercício, ao elaborar um parecer quanto a uma emenda parlamentar apresentada ao projeto de Lei Orçamentária Anual, um analista de orçamento recomendou a rejeição da emenda por falta de conformidade com os requisitos constitucionais.

Um item que justifica o parecer do analista de orçamento é que a emenda:

- (A) se relacionava com a correção de erros;
- (B) se destinava a despesa de baixa relevância social;
- (C) indicava como fonte de recursos a contratação de operação de crédito;
- (D) indicava como fonte de recursos a anulação de investimentos em infraestrutura;
- (E) era destinada a um ente federativo diverso do domicílio eleitoral do parlamentar.

74

Considere os dados do quadro a seguir, decorrentes da execução orçamentária da despesa de um ente público no exercício de 20X1, com valores expressos em milhares de reais.

Descrição	Valor
Dotação inicial	R\$ 1.000,00
Dotação atualizada	R\$ 1.200,00
Despesa empenhada	R\$ 1.120,00
Despesa liquidada	R\$ 910,00
Despesa paga	R\$ 785,00

Considere ainda que, do montante de restos a pagar não processados, R\$ 60,00 eram relativos a despesas abertas por créditos adicionais especiais e que o saldo de disponibilidade financeira do ente ao final do exercício era de R\$ 200,00.

Considerando tais informações, o montante dos restos a pagar que podem ser cancelados por insuficiência de disponibilidade financeira, em milhares de reais, é:

- (A) R\$ 60,00;
- (B) R\$ 125,00;
- (C) R\$ 135,00;
- (D) R\$ 150,00;
- (E) R\$ 210,00.

75

Ao realizar um trabalho de auditoria, o auditor deve obter evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para persuadir uma pessoa conhecedora de que os achados de auditoria são razoáveis.

Quanto a essas duas características da evidência de auditoria à luz da NBASP/ISSAI 3000 – Norma para Auditoria Operacional, é correto afirmar que:

- (A) a natureza da evidência de auditoria exigida independe do objeto auditado;
- (B) a suficiência refere-se à extensão em que a evidência de auditoria é baseada em dados confirmados por diversas fontes;
- (C) uma evidência de auditoria apropriada deve ser relevante, válida e confiável;
- (D) uma evidência de auditoria é apropriada em referência à quantidade obtida para dar suporte aos achados e às conclusões de auditoria;
- (E) uma evidência é considerada suficiente se produz os mesmos achados de auditoria ao ser testada repetidamente.

76

O Modelo das Três Linhas foi desenvolvido para ser aplicável a todas as organizações e ajudá-las a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Uma das características do modelo é a definição de papéis específicos, mas relacionados em alguns pontos.

No referido modelo, um papel que se relaciona tanto ao corpo administrativo quanto à gestão e à auditoria interna diz respeito:

- (A) à aprovação e ao fornecimento de recursos ao plano de auditoria;
- (B) à definição da visão, missão, valores e apetite organizacional a riscos;
- (C) à delegação de responsabilidade pelo atingimento dos objetivos da organização;
- (D) à supervisão do trabalho da auditoria interna;
- (E) ao alinhamento das atividades com os objetivos da organização.

77

Ao conduzir um trabalho de auditoria financeira, um auditor deve avaliar, entre outras coisas, se as condições prévias para uma auditoria de demonstrações financeiras foram atendidas.

Acerca da pertinência dessas condições prévias, analise os itens a seguir.

- I. A administração da entidade reconhece sua responsabilidade por fornecer ao auditor acesso irrestrito às informações relevantes para a elaboração de demonstrações financeiras.
- II. A estrutura de relatório financeiro utilizada para a elaboração das demonstrações financeiras foi aprovada pela auditoria interna da entidade.
- III. A administração da entidade reconhece sua responsabilidade pelo controle interno, definido como necessário para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

78

Em decorrência de uma experiência piloto realizada com órgãos da Administração Pública federal, uma equipe de auditoria foi demandada para realizar um exame de casos com os órgãos participantes da experiência piloto. Em decorrência do tamanho pequeno da amostra, o exame não tinha como objetivo a obtenção de inferências sobre a população, mas uma análise detalhada sobre os desdobramentos da experiência piloto.

Para atender a demanda, na seleção dos casos a serem auditados, recomenda-se que a equipe de auditoria adote o critério de:

- (A) seleção aleatória;
- (B) seleção sistemática;
- (C) amostragem exploratória;
- (D) amostragem estratificada;
- (E) amostragem por julgamento.

79

As entidades públicas adquirem, produzem, constroem bens físicos e tangíveis para as suas atividades meio e fim, que resultam em um universo de bens incorporados e contabilizados no patrimônio de tais entidades. Nos trabalhos de auditoria é comum a inclusão da técnica de inspeção física de bens incorporados ao patrimônio da entidade auditada.

Para realizar a inspeção física de forma adequada, o auditor deve pautar suas verificações em cinco aspectos, dos quais a premissa central é:

- (A) autenticidade;
- (B) existência física;
- (C) identificação;
- (D) qualidade;
- (E) quantidade.

80

No caso de uma entidade da Administração Pública federal direta, com orçamento autorizado e empenhado superior a R\$ 100 milhões em um dado exercício, no que tange à definição de materialidade para identificação de irregularidades ou conjunto de irregularidades como relevantes, o parâmetro estabelecido na IN-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, é o valor correspondente a:

- (A) 5% da despesa empenhada;
- (B) 5% do orçamento autorizado;
- (C) R\$ 500 mil acrescidos de 2% da despesa que ultrapassar R\$ 10 milhões;
- (D) R\$ 2,5 milhões acrescidos de 1% da despesa que ultrapassar R\$ 100 milhões;
- (E) R\$ 2,3 milhões acrescidos de 0,25% da despesa que ultrapassar R\$ 100 milhões.

PROVA DISCURSIVA

1

Ao tratar de renúncia de receita, a Lei de Responsabilidade Fiscal aborda o conceito de forma exemplificativa e traz alguns dispositivos para seu controle, por meio do estabelecimento de medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Trata-se de uma temática relevante, de impacto significativo para a base de financiamento da ação governamental.

À luz desse contexto, elabore um texto que aborde:

- a) dois requisitos legalmente previstos para concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita;
- b) duas formas de ocorrência de renúncia de receita, com respectivos conceitos;
- c) um exemplo de lançamento orçamentário e patrimonial de uma renúncia de receita por um ente público.

Valor: 10 pontos

Máximo de 10 linhas.

2

Em geral, os trabalhos de auditoria são conduzidos por princípios, que podem ser ressaltados de forma específica, a depender do tipo de trabalho. Um dos princípios gerais tratados na NBASP 400 (ISSAI 400) - Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade se refere ao risco da auditoria.

Nesse contexto, elabore um texto que aborde os seguintes aspectos:

- a) em quais momentos do processo de auditoria um auditor deve considerar o risco da auditoria;
- b) em que consiste efetivamente o risco da auditoria;
- c) as três dimensões diferentes do risco da auditoria;
- d) exemplo de ocorrência de uma das três dimensões do risco em uma auditoria de conformidade.

Valor: 10 pontos

Máximo de 10 linhas.

3

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) trata de transparência da gestão fiscal e a Lei nº 12.527/2011 trata de acesso à informação pública. São duas perspectivas de relação dos entes públicos com a sociedade, que podem contribuir para uma maior participação social e exercício da cidadania.

Nesse contexto, elabore um texto que aborde os seguintes aspectos:

- a) conceito de transparência ativa e passiva e associação entre as respectivas leis relacionadas;
- b) três requisitos de transparência ativa previstos na Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012 a serem atendidos por um tribunal de justiça;
- c) disposições para concessão de acesso à informação solicitada por um cidadão.

Valor: 10 pontos

Máximo de 10 linhas.

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

1

5

10

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

1

5

10

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 3

1

5

10

Realização

